

Competição e Segurança Jurídica no mercado de combustíveis

MME – Abastece Brasil
Agosto de 2019

Diogo de Sant' Ana
diogo.de.santanna@gmail.com

Índice

1. Desafios regulatórios do setor de combustíveis
2. Fontes de insegurança jurídica e efeitos no mercado
3. Medidas que deveriam ser evitadas
4. Agenda prioritária: onde concentrar os esforços?

Desafios do setor de combustíveis

1. Abastecimento em todo território nacional;
2. Produtos de qualidade a preços acessíveis;
3. Promoção da competição e livre-precificação nos diversos elos da cadeia;
4. Respeito ao meio-ambiente e promoção da utilização de biocombustíveis.

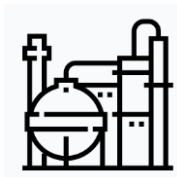
Fonte de insegurança jurídica

1. Intervenções pontuais decorrentes de crises motivadas por aumentos de preço derivados de fatores exógenos (preço do petróleo, desvalorização cambial);
2. Alterações regulatórias sem análise de impacto e com potencial de destruição de valor;
3. Judicialização da estrutura de cobrança de tributos (benefícios fiscais não horizontais, majoração de alíquotas por Decreto e “Definitividade” do ICMS-ST são exemplos);
4. Volatilidade em relação à precificação de combustíveis realizada pela Petrobrás;
5. “Enforcement” das ações de fiscalização de qualidade e combate à evasão fiscal contumaz.

Medidas que deveriam ser evitadas

1. Mudança da relação entre os elos da cadeia sem análise dos efeitos sobre as diferentes dimensões do mercado de combustíveis no Brasil (*trade-offs*).
2. Proliferação de medidas pontuais, com baixo impacto potencial sobre qualidade, competição e preços (concentrar esforços onde pode haver maior impacto positivo).
3. Evitar a edição de medidas com alto potencial de judicialização, especialmente de natureza tributária.
4. Evitar as chamadas “soluções milagrosas” para problemas complexos (ex. discussão sobre “defasagem” de preços, “transparência de preços” em tempo real).

Agenda prioritária: onde concentrar os esforços?



1. Desafios de implementação da abertura do refino

- SCANC (desafio de arrecadação dentro das regras tributárias atuais);
- Regulação de acesso a ativos essenciais
- potencial discriminação com efeitos anticompetitivos (Cade e ANP).



2. Monofasia e simplificação tributária

- concentração da arrecadação em poucos agentes;
- mecanismos de controle mais eficientes (tecnologia);
- diminuição da judicialização.



3. Investimentos em modais de alto volume (ferrovias e dutos)

- efeitos duradouros em preços e produtividade do setor.



4. Ampliação da produção de biocombustíveis (Renovabio) e aumento da competição entre fontes.



Obrigado!